

A interpretação psicanalítica interrogada

Virginia Ungar*, Buenos Aires

O artigo se dedica à área da formulação da interpretação psicanalítica e propõe que, sendo parte do diálogo analítico, esta transcorre em dois planos: da comunicação e da metacomunicação. Esta última é transmitida na ação de interpretar, no modo de formular as interpretações. Propõe que, no nível da comunicação, o importante é o conteúdo da interpretação, enquanto que, no da metacomunicação, o que prevalece é o modo de formulá-la e que é necessário que haja um ajuste entre os dois níveis. Se esse ajuste existir, transmite-se a atitude analítica; se não existir, é possível encontrar fenômenos ligados ao Enactment do analista. Revisam-se a relação entre a neutralidade analítica, a regra de abstinência e estes conceitos. Através de dois exemplos da prática da autora, são revisadas as mudanças produzidas tanto no conteúdo quanto no modo de formular as interpretações ao longo do tempo. Estes se relacionam com a influência do modelo estético de Meltzer.

Palavras-chave: interpretação, comunicação, enquadre, neutralidade analítica, regra de abstinência.

* Psicanalista, membro efetivo da Associação Psicanalítica de Buenos Aires (APA).

O termo interpretação encontra lugar em múltiplos âmbitos. No campo da filosofia, a relação entre a percepção e a gênese do conhecimento tem sido uma preocupação de longa data. Esta discussão é compartilhada atualmente pelas ciências duras, para as quais não só não existiria o objeto observado sem observador, como também o observador produz efeitos no observado.

A interpretação também se relaciona estreitamente com a arte, qualquer que seja sua expressão. Susan Sontag, em seu célebre artigo *Contra a interpretação* (1961), põe em questão o papel historicamente atribuído à crítica em sua tarefa de interpretar, traduzir e desvelar o que uma obra de arte expressa. O ponto central, para Sontag, é que esse tipo de crítica confunde a obra com seu conteúdo. Isso leva, segundo a autora, a que a arte se veja exigida a dar conta do sentido, o que, por sua vez, leva à exigência de interpretá-la. Este ensaio, provocador e crucial nos anos 1960, conserva hoje o valor de questionar o valor absoluto da interpretação na arte.

Para Susan Sontag, os processos de interpretação da obra de arte, as tentativas de tornar inteligível um texto, uma obra, escondem uma tentativa de alteração: não se trata de *ler* o corpo textual (seja literatura, sejam artes visuais), mas de revelar seu sentido, seu conteúdo secreto. Daí que a autora reaja contra essa tentativa que qualifica de simples *filisteísmo*: “O estilo de interpretação antigo era insistente, mas respeitoso; sobre o significado literal, erigia outro significado. O estilo de interpretação moderno escava e, na medida em que escava, destrói; esquadrinha ‘além do texto’ para descobrir um subtexto que resulte ser o verdadeiro” (*Ibid.*, p. 29).

E se, por um lado, Sontag reconhece que, em alguns contextos culturais, a interpretação pode ser liberadora, em outros “é reacionária, impertinente, covarde, asfixiante” (*Ibid.*, p. 30). Aponta que ao ato interpretativo subjaz um desejo inconfesso de alteração, de substituição de um conteúdo por outro. Na busca de revelar inteligivelmente o conteúdo da obra, o texto interpretativo desloca, suplanta a própria obra da qual partiu. Para Sontag, a tentativa de tornar inteligível um texto ou uma obra de arte esconde uma tentativa de alteração: não se trataria de ler, mas de desvelar um conteúdo secreto, correndo-se o risco de destruir o que se observa. A tônica desta autora é que a interpretação não é um valor absoluto. Deve ser avaliada dentro de uma concepção histórica da consciência humana. Dessa forma, não se limita ao terreno da arte, propõe um questionamento tanto ao marxismo quanto ao pensamento freudiano ao afirmar que ambas são teorias agressivas da interpretação. Critica o postulado freudiano do conteúdo manifesto, que, afirma Sontag, “deve ser cuidadosamente analisado e filtrado para descobrir,

por baixo dele, o verdadeiro significado: o conteúdo *latente*” (*Ibid.*, p. 30). Mais adiante, continua: “Para Freud, os acontecimentos das vidas individuais (como os sintomas neuróticos e os lapsos da fala), da mesma forma que os textos (como um sonho ou uma obra de arte), tudo isso é tratado como pretexto para a interpretação” (*Ibid.*, p. 30). Continua dizendo que, tanto para Marx como para Freud, estes acontecimentos só são inteligíveis em aparência, sem interpretação não têm significado, uma vez que compreender é interpretar.

Este ensaio, que mereceria um espaço maior, resulta estimulante ao entrar no terreno da interpretação na psicanálise, pois nos incita a fazê-lo a partir de uma atitude de interrogação e questionamento. O fato de que o convite para a escrita deste artigo leve como título *A interpretação hoje* inquire de maneira sugestiva sobre possíveis mudanças ou transformações em relação a esse tema desde a época em que nasceu a psicanálise até agora.

A interpretação é considerada como o instrumento fundamental do trabalho analítico. R. Horacio Etchegoyen (2014), que se ocupou do tema de maneira minuciosa e profunda, pensa que é o principal instrumento para a tarefa de um psicanalista. Diz que é *a ferramenta* do terapeuta, a única que cumpre com a condição de ser necessária e suficiente. Ainda assim, reconhece que não deixa de ser campo de discussão (Etchegoyen, 1999). Ele abordou a questão da interpretação em seu livro *Os fundamentos da técnica psicanalítica* (1986) e, além disso, dedicou uma valiosa publicação intitulada *Um ensaio sobre a interpretação psicanalítica* (1999) de ineludível consulta sobre o tema.

Este trabalho se centrará principalmente em um aspecto do problema: o que diz respeito à formulação da interpretação no curso de um processo analítico. Nas publicações ou discussões psicanalíticas, costuma-se falar do que acontece com relação à criação da interpretação por parte do analista, o que poderia se enquadrar no campo do *antes* da interpretação. Também se discute o que acontece na sessão analítica, uma vez formulada a interpretação, localizável no terreno do *depois*. Em um trabalho anterior (2000b), trabalhei sobre a área da formulação da interpretação, mais especialmente sobre o que poderíamos denominar o *enquanto* ou o *durante* a interpretação em plena sessão de análise. Em primeiro lugar, esses desenvolvimentos serão retomados, para logo questionar-se quanto a possíveis mudanças na técnica atual. Do campo do *antes* da interpretação, ocuparam-se autores como D. Meltzer (1967) ou B. López (1984), somente para mencionar alguns. Da mesma forma, a obra antes mencionada, de R. H. Etchegoyen (1999), com seus trabalhos sobre a testagem da interpretação, dá conta da profunda exploração realizada pelo autor sobre a área dos *efeitos* da mesma.

A interpretação psicanalítica implica uma ação. Enquanto o tratamento

psicanalítico consiste em um diálogo, a ação envolvida na interpretação analítica tem a ver com a comunicação. Este aspecto foi trabalhado exaustivamente por David Liberman (1983).

Em âmbitos não relacionados com a psicanálise, a informação transmitida pela interpretação não é dirigida aos agentes que a produzem. Por outro lado, o próprio da comunicação psicanalítica é que, nesta, o outro se envolve não só como ouvinte, mas também como tema. Na medida em que aquele que recebe a interpretação é, ao mesmo tempo, o objeto da mesma, duplica-se a dimensão comunicativa. O analista fala ao analisando sobre ele e, assim, o paciente está em posição de receptor e de tema; é objeto e sujeito. O analista também está em uma dupla posição, a de observador e partícipe. Desse modo, são estabelecidos dois planos de comunicação.

Surge aqui uma primeira proposta relacionada com aquilo que ocorre na sessão analítica quando o analista formula sua interpretação para um paciente: o diálogo analítico se estabelece em dois planos, no da *comunicação* e no da *metacomunicação*. Esta proposição não subestima a importância de tudo o que se relacione com o conteúdo da interpretação, mas se centra naquilo que a interpretação psicanalítica comunica além do conteúdo, partindo da premissa de que trataremos de interpretações adequadas quanto ao seu conteúdo. Trata-se de tentar estabelecer a natureza da relação entre os dois planos, o da *comunicação* e o da *metacomunicação*. Esta última é transmitida na ação de interpretar, no modo de formular as interpretações, é o suporte do não dito na interpretação. Na formulação da interpretação, o importante, deste ponto de vista, seria a calibração, o ajuste entre o que é comunicado e o que é metacomunicado. No nível da *comunicação*, o importante é o conteúdo da interpretação, no da *metacomunicação*, o que importa é o modo de formulá-la.

Há uma aceção que entende a metacomunicação como ligada a dois níveis do discurso, em que um se refira a outro ficando o primeiro em um nível *supra* com relação ao segundo. Este não é o sentido no qual se baseia esta proposta. Neste caso, o uso do conceito de *metacomunicação* se baseia em Bateson (1979), que diz que entre mensagem e referente há uma relação que não é simples e direta. Se o receptor quer abordar uma indicação dada pelo emissor, deve assimilar a codificação da mensagem dada pelo primeiro. As mensagens desse tipo, que não são nem sobre um, nem sobre outro, mas que têm a ver com a codificação, são denominadas *metamensagens*. Por outro lado, para além da simples codificação, há mensagens altamente sutis, necessárias por serem os códigos condicionais, isto é, o significado de determinados tipos de ação ou sons muda com o contexto, por serem mutantes as relações entre os dois polos da

comunicação. Assim, as mensagens metacomunicativas tornam inteligíveis outras mensagens, localizando-as em determinado contexto.

A segunda hipótese derivada dessa proposição é que a ação de interpretar tem duas vertentes possíveis: se há ajuste entre o que se comunica e o que se metacomunica, o que se transmite é atitude analítica; se há um desacordo, estamos frente a algo da ordem do *Enactment* do analista. Nesse caso, a ideia é que os problemas contratransferenciais levariam o analista a deixar de transmitir atitude analítica para entrar no terreno da atuação.

Do ponto de vista do ajuste entre o que se comunica e o que se metacomunica, as interpretações não seriam consideradas corretas ou incorretas, mas poderiam ser denominadas como pertinentes ou não, conforme favoreçam que a transferência se desenrole. Essa proposição segue a ideia de Bion (1962) de que uma interpretação é correta se promove o desenvolvimento da análise. “Na metodologia psicanalítica, o critério não deve depender de se um uso determinado é correto ou incorreto, se tem significado ou é verificável, mas sim de sua capacidade para fomentar o desenvolvimento” (Bion, 1962, p. 15). Bion segue Melanie Klein (1926), a qual propõe que, em uma sessão analítica com uma criança, será possível inferir que a interpretação dada ao paciente foi correta se, no material posterior à mesma, for possível observar uma mudança no brincar. Resumindo, a ideia seria que a interpretação psicanalítica aponta, além das premissas freudianas de tornar consciente o inconsciente e preencher as lacunas mnemônicas, a metacomunicar a atitude analítica.

O tema da atitude analítica circula não só na sessão de análise, mas também na experiência de supervisão e no ensino da psicanálise. A atitude analítica pode ser um fio conector da unidade dos três aspectos do tão mencionado tripé de Etchogoyen (2013)¹ da formação psicanalítica: análise pessoal do candidato, supervisão e seminários teóricos.

O conceito de atitude analítica não é fácil de ser definido. Em primeiro lugar, tem uma estreita relação com o de enquadre analítico. Parte-se de uma ideia de enquadre distanciada dos aspectos formais do mesmo (tempo, lugar, honorários, etc.), para passar a considerar que seu verdadeiro epicentro encontra-se no estado mental do analista, seguindo as proposições de Donald Meltzer (1967).

Há, também, dois conceitos caros à psicanálise, o da *neutralidade analítica*, nunca mencionada por Freud, mas nem por isso menos citada, e o da *regra de abstinência*, ambos relacionados com a atitude analítica. Poderíamos considerar os dois como inter-relacionados, enquanto a neutralidade, como aspiração, apoiar-

¹ Comunicação pessoal.

se-ia na regra de abstinência. Deixamos de lado a discussão, vigente em nossos dias, sobre a possibilidade de que um analista seja *neutro* por não podermos, na atualidade, sustentar a *hipótese realista* da ciência clássica em relação a que a observação não altera os fatos observados, nem estes a observação. Aceitamos que a presença do observador analista não só produz efeitos no campo, como este também afeta o sujeito da observação. Nesse impacto do objeto no campo e do campo no sujeito, encontra-se o mais medular de uma análise. De todos os modos, *a regra de abstinência* está localizada no centro da questão com relação à atitude analítica. Segundo Laplanche (1979), a recusa é o mais profundo, o mais coextensivo com a própria análise.

A regra de abstinência seria, assim, o coração da atitude analítica, mas não no sentido de uma prescritiva. Quando o analista não satisfaz as demandas do paciente, mas sim responde a partir do enquadre analítico, não o faz porque não deve proporcionar satisfação; faz porque não pode satisfazer aquilo que lhe é pedido. É assim que o paradigma do que se metacomunica, da atitude analítica, é a regra de abstinência. Esta não se comunica, mais do que isso, estamos obrigados a metacomunicá-la com a atitude analítica. O que é essencial da atitude analítica é a disponibilidade, a receptividade, a disposição à observação, a tolerância tanto ao mistério quanto ao desconhecimento e a inclinação a tratar de refletir antes de agir.

Em um trabalho anterior (2000a), propus um possível modelo estético da mente, baseado nas ideias de Donald Meltzer (1988). Nele, postulei um conceito de encontro com a verdade como beleza que determina as vicissitudes da dramática da vida mental e do possível desenvolvimento no terreno da capacidade de habitar e sustentar o mistério proposto pelo encontro com um objeto opaco, não transparente.

Neste sentido, o vínculo analítico é um tipo de vínculo inédito no qual uma pessoa, o analista, está disponível para compreender, mas sobre a base de aceitar suas próprias limitações ao conhecimento. Além disso, o transferido pelo paciente se constituirá em um objeto intuível e conjeturável, mas sempre com um interior inapreensível pelo sensorial [...] No modelo estético, o saber do analista estará sempre excedido pelo que o paciente transfere, não pode haver uma relação de conhecimento total ou completa, dadas as qualidades não observáveis, pelo sensorial, do chamado *objeto psicanalítico* (Ungar, 2000a, p. 7).

Tomando como eixo este modelo, a atitude analítica implica uma demora

temporal. Não se trata de oferecer uma interpretação que tente outorgar rapidamente significado e que assim opere em função de resolver uma ansiedade do analista. Aqui caberia fazer uma distinção quanto ao conceito de *timing*. No caso do *timing*, a demora em dar uma interpretação é tática, pois se trata de reter uma informação até que seja pertinente transmiti-la. Com relação à atitude analítica, por sua vez, o analista transmite ao paciente sua atitude de estar pensando e a possível demora não é estratégica, é parte de sua essência. Esta propõe uma qualidade de espera, observação e tolerância a sustentar o reconhecimento de um conflito, sem tentar uma busca frenética de sua resolução. Por outro lado, a atitude analítica é em si mesma questionadora de consistências, sendo isso um flanco para o acionamento das resistências.

A interpretação psicanalítica ontem e hoje

A ideia de que a interpretação é a ferramenta principal para o analista segue vigente. Também é certo que o impacto das mudanças na cultura, devidas ao avanço da tecnologia e às novas configurações familiares, entre outros, se faz sentir em nossos consultórios. A apresentação da psicopatologia se modificou, e o enquadramento analítico aceita novos modos de comunicação nos quais a realidade informática também está presente no vínculo analítico.

Além dessas modificações, se ampliarmos o foco com uma maior lente de aumento, é possível detectar mudanças que, a olho nu, parecem mais sutis, mas implicam mudanças mais profundas na maneira de conceber o diálogo analítico. Seguindo com o tema da interpretação, podemos dizer que foram produzidas mudanças tanto no conteúdo quanto na formulação da mesma. Faz-se necessário esclarecer que estas ideias provêm de uma observação sobre minha própria prática em análise com crianças, adolescentes e adultos, assim como do trabalho em supervisão com colegas com diferentes níveis de experiência clínica.

Como já adiantamos, não parece haver o que possa ser chamado de interpretação correta. Se o analista constrói uma opinião sobre o que está ocorrendo na relação transferencial, ele mesmo se torna cada vez mais dependente do contato com sua própria contratransferência. O analista vai entrando, assim, na área que Bion (1970) denomina, seguindo Keats, de *capacidade negativa*, isto é, a capacidade de tolerar dúvidas, incertezas, e de não embarcar na busca irritante de fatos e razões. Tratar-se-ia de uma *construção* que opera, que funciona, mas que sempre é tentativa e conjectural.

Deter-nos-emos agora com um pouco mais de detalhe em dois aspectos

técnicos: o conteúdo e a formulação da interpretação. Com relação ao conteúdo, e fazendo uma observação sobre minha própria tarefa ao longo de muitos anos de prática, posso detectar mudanças. Dentro da tradição ligada ao modelo kleiniano no qual fui formada, supõe-se uma prevalência da hostilidade no começo da vida, com a percepção da pulsão de morte e sua posterior deflexão por temor à aniquilação. Seguramente essa maneira de pensar o desenvolvimento mental se deslocou para a relação transferencial e a consequência foi que houve, em uma época, uma maneira de interpretar, que certamente não era a de Melanie Klein, na qual o foco centrou-se na hostilidade, havendo um repertório de ansiedades a considerar. A meu ver, estreitou-se a receptividade, dando-se lugar aos impulsos que surgem no campo transferencial. Não estou dizendo que a transferência negativa não existe, mais do que isso, considero essencial sua interpretação, desde que sempre em contraponto com os impulsos libidinais, que, em última instância, permitem que o paciente esteja na sessão falando ou brincando conosco.

Se lermos trabalhos com material clínico de mais de trinta anos atrás, também é notório que, além disso, interpretava-se muito. Talvez navegar nos mares da hostilidade tenha gerado uma necessidade exagerada de interpretar. Em outras palavras, um certo furor interpretativo pode ter como causa uma necessidade defensiva.

Se agora examinarmos a área da *formulação da interpretação* e colocarmos, como contraponto, o modelo estético antes mencionado, pode-se inferir uma modalidade interpretativa diferente, baseada mais na possibilidade de observar e descrever. Meltzer, em vários textos, destaca o enfoque *descritivo* em lugar do *explicativo* na formulação da interpretação. A meu ver, esta modalidade interpretativa metacomunica, também, uma atitude de observação, de reflexão e de conjectura. O analista apresenta conjecturas a seu paciente sob a forma de interpretações, e este tem que realizar um trabalho psíquico com elas. A interpretação é, desse modo, um convite a trabalhar.

Diferentemente de uma hipótese científica, que é exaustiva, a conjectura imaginativa, que é mais pertinente ao modelo estético, supõe uma opacidade que determina uma atitude de mais pudor no momento de interpretar. Nesta direção, o tipo de formulações “*Parece-me que...*”, “*Penso que...*”, “*Poderíamos pensar...*” não é uma estratégia de diplomacia para que o analista pareça mais humilde, mas sim para mostrar uma impossibilidade essencial de saber tudo. Esse *pudor* se relaciona com o paradigma estético, no abismo entre a beleza visível e a profundidade desconhecida e misteriosa.

Uma visita ao consultório de ontem e de hoje

Para dar conta das mudanças em minha própria maneira de trabalhar, revisei materiais clínicos do começo de meu trabalho com pacientes em análise e outros mais recentes, a partir de uma atitude de observação. Esta experiência de comparação me permitiu tomar contato com as transformações na prática de maneira muito vívida.

Apresentarei duas vinhetas de minha própria prática para estudar como esta foi modificada. A primeira provém da análise de um menino, realizada há trinta anos; a segunda, mais recente, de uma jovem paciente no começo do processo analítico. Este contraponto permite observar que a área de maior mudança é a da formulação da interpretação.

O primeiro exemplo é um breve fragmento da primeira sessão da análise de Andrés, um menino de cinco anos que foi trazido por uma intensa gagueira e por dificuldades no nível de gráficos esperados para sua idade. É o mais novo de três irmãos. Sua análise foi realizada com uma frequência de quatro sessões por semana. Chega chupando balas efervescentes que fazem barulho em sua boca. Abre a boca e me diz: *“Olha como explodem”*. Eu olho. Começa a falar muito rápido e alto, gagueja muito, tosse e espirra. Conta que lhe deram de presente uma bicicleta e que, em um churrasco no dia anterior, *“os pais comiam fora”*. Interpreto: *“Como é a primeira sessão, estás assustado, queres preencher tudo com palavras, porque dentro tens ideias e sentes coisas que explodem na tua boca como a bala.”* Andrés acrescenta: *“que explodem na minha boca como bombas”*. Interpreto: *“Tens medo de mim, não sabes como vou receber o que sentes como bombas.”* Diz-me: *“Para que vim? Ah, sim... vim para que me digas que tenho que vir. Mas eu treino basquete e hoje faltei.”* Interpreto: *“Por um lado, gostarias de ver comigo por que te explodem as palavras na boca, mas, por outro, tens medo e preferirias ficar com o que conheces, que é o basquete.”*

No segundo exemplo, há pouco tempo, uma paciente de 35 anos, paisagista, a mais velha de três irmãs, consulta por angústia, por tristeza e por se considerar hipersensível. O fragmento de sessão corresponde aos oito meses de tratamento. Chega e me conta um sonho com o namorado e uma amiga em que, num lugar velho, feio e deteriorado, aparecia gente e, além de militares com armas, havia vozes, gritos... *“Eu aparecia na janela e Marcelo me dizia que fosse para dentro, depois fazia as malas para fugir”*. Logo conta outro sonho com a amiga, no qual espiavam o namorado, e depois refere outro sonho em que estava com seu avô e procuravam seu carro com desespero. Depois diz: *“Tive um monte de sonhos como flashes, muitos não consegui lembrar, mas agora me vieram à memória”*.

Interpreto: *“Escutei os sonhos que contaste e tenho a impressão que se amontoaram em quantidade. Pensemos, não poderia ter a ver com a semana em que interrompemos a análise [há 10 dias]?”*. Paciente: *“Agora que me dizes, na semana em que não trabalhaste não sonhei nada. A semana passada foi um bombardeio de sonhos e me parece que não pude lembrar-me de todos. O que te contei no começo, de ontem à noite, deixou-me muito angustiada. Não me lembro da época dos militares, era muito pequena. Contaram-me que, do meu edifício, foram levados dois meninos jovens e minha empregada apareceu e a obrigaram a ir para dentro”*. Digo: *“Parece que teu sonho transmite um clima de prisão e perigo. Por outro lado, parece haver indicações de não juntar-se ao conflito, à guerra; não olhar. Pode haver uma ideia de que, se esperarmos, o problema passa. Parece ser o contrário do que a análise pode demandar de ti, que nos aproximemos dos conflitos.”*

Este breve exercício de comparar materiais de duas épocas e observar minha modalidade interpretativa de quando era muito jovem como analista e de poucos anos atrás resultou revelador. Ao ler as interpretações que fiz a Andrés em sua primeira sessão, posso dizer que estou de acordo com o conteúdo, parece-me que apontava ao centro de máxima ansiedade como nos ensinou Melanie Klein, mas, com relação à formulação, hoje a considero muito assertiva, outorgando significado, não abrindo caminhos, ao invés disso asseverando hipóteses que não deixam muito lugar para ideias novas.

Muitos anos depois, vejo-me interpretando mais próxima do paciente, de seu estado de ânimo, mais na linha de um trabalho conjunto, perguntando-me, mostrando meu processo de pensamento como um convite a ele observar os seus próprios. Podemos retomar, assim, a proposição do começo deste artigo com relação a uma função da interpretação que é a de metacomunicar atitude analítica. Esta seria uma aspiração da interpretação, a de metacomunicar atitude analítica, sendo um dos seus componentes essenciais a capacidade de observação.

Nós, humanos, nascemos com uma enorme capacidade de observar, que vamos perdendo por aquilo que nos demanda o ingresso na cultura. Em nossa época, tão marcada pelo midiático, pelo imediato e com a noção de intimidade ameaçada, a experiência analítica é um convite – àqueles que estejam dispostos a aceitá-la – para compartilhar-se um espaço-tempo diferente do cotidiano, para um diálogo que convida à sinceridade em ambos os participantes e para uma abertura a encontrar-se não só com o esquecido, mas também com o que possa surgir de novo. □

Abstract

The psychoanalytic interpretation interrogated

The paper focuses on the formulation of the psychoanalytic interpretation and proposes that, as part of the analytical dialogue, this happens in two planes: communication and metacommunication. The latter is transmitted in the action of interpreting, in the way the interpretations are formulated. It is proposed that, at the level of communication, what is important is the content of the interpretation, while at the level of metacommunication, what prevails is the way it is formulated and that an adjustment between the two levels is necessary. If this adjustment exists, the analytical attitude is transmitted; if it does not exist, it is possible to encounter phenomena related to the analyst's Enactment. The relation between the analytic neutrality, the rule of abstinence and those concepts is reviewed. The changes produced in the content as well as in the way of formulating the interpretations along time are also reviewed by two examples from the author's practice. These are related to the influence of Meltzer's aesthetic model.

Keywords: interpretation, communication, frame, analytic neutrality, rule of abstinence.

Resumen

La interpretación psicoanalítica interrogada

El artículo se dedica al área de la formulación de la interpretación psicoanalítica y propone que, siendo parte del diálogo analítico, éste transcurre en dos planos: el de la comunicación y el de la metacomunicación. Este último se transmite en la acción de interpretar, en el modo de formular las interpretaciones. Se propone que, en el nivel de la *comunicación*, lo importante es el contenido de la interpretación, mientras que, en el de la metacomunicación, lo que prevalece es el modo de formularla y que es necesario que haya un ajuste entre los dos niveles. Si existe ese ajuste, se transmite la actitud analítica; si no lo hay, es posible encontrar fenómenos ligados al *Enactment* del analista. Se revisa la relación entre la neutralidad analítica, la regla de abstinencia y estos conceptos. Se revisan, a través de dos ejemplos de la práctica de la autora, los cambios producidos tanto en el contenido como en el modo de formular las interpretaciones a lo largo del tiempo. Estos se relacionan con la influencia del modelo estético de Meltzer.

Palabras clave: interpretación, comunicación, encuadre, neutralidad analítica, regla de abstinencia.

Referências

- Bateson, G. (1979). *Espíritu y naturaleza*. Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
- Bion, W. R. (1962). *Aprendiendo de la experiencia*. Buenos Aires: Paidós, 1987.
- Bion, W. R. (1970). *Atenção e interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- Etchegoyen, R. H. (1986). *Los fundamentos de la técnica psicoanalítica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986.
- Etchegoyen, R. H. (1999). *Un ensayo sobre la interpretación psicoanalítica*. Buenos Aires: Polemos, 1999.
- Etchegoyen, R. H. (2013). Comunicación personal.
- Laplanche, J. (1979). *La cubeta. Trascendencia de la transferencia. Problemáticas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1990.
- Klein, M. (1926). Los principios psicológicos del análisis infantil. In *Contribuciones al psicoanálisis - Obras completas* (Vol. 2), Buenos Aires: Hormé, 1975.
- Liberman, D. (1983). *Linguística, interacción comunicativa y proceso psicoanalítico* (Vols. 1-3). Buenos Aires: Galerna.
- López, B. (1984). Condiciones para la receptividad y el descubrimiento en la situación analítica. *Revista de Psicoanálisis*, 41(5).
- Meltzer, D. (1967). El ordenamiento de las confusiones geográficas. *El proceso psicoanalítico* (Cap. 2). Buenos Aires: Hormé, 1976.
- Meltzer, D. (1988). *The apprehension of beauty*. Pertshire: Clunie.
- Sontag, S. (1961). *Contra la interpretación*. Buenos Aires: Alfaguara, 1996.
- Ungar, V. (2000a) *Transferencia y modelo estético*, presentado en el Congreso Internacional “El desarrollo del método psicoanalítico. Estudios teóricos y clínicos de las contribuciones de Donald Meltzer al psicoanálisis”. Florencia, Italia, febrero de 2000, publicado en *Psicanalise, Revista de la SBPdePA*, 2(1), 2000.
- Ungar, V. (2000b). *Dos planos en la formulación de la interpretación*, Simposio APdeBA. Buenos Aires, 2000.

Recebido 20/05/2014

Aceito em 30/07/2014

Tradução de **Ana Rachel Salgado**

Revisão técnica de **Lúcia Thaler**

Virginia Ungar

Republica de La Índia 2924, Piso 11

1425 – Buenos Aires – Argentina

e-mail: virginiaungar@gmail.com

© Virginia Ungar

Versão em português da Revista de Psicanálise – SPPA

